



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO
EQUIPE DO PREGÃO PRESENCIAL E ELETRONICO
TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA

1. PREÂMBULO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Processo Nº. 210/2023.

Dispensa Eletrônica Nº. 002/2023.

Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item.

Abertura: 09h00 h do dia 23/02/2023 (horário de Brasília).

1.1. O instrumento convocatório vincula as normas da concorrência de preços bem habilitação e posterior contratação devendo a empresa interessada obrigatoriamente tomar conhecimento de todos os diapositivos nele contidos antes da inserção da proposta a qual aduz a plena aceitação das exigências.

1.2. A Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé - RO, através de seu **Pregoeiro**, designado pela Portaria nº 303/2022, torna publico para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar Licitação na modalidade de **Dispensa Eletrônica**, do tipo Menor Preço por Item para **Contratação de Consulta Médica**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde conforme descrito neste Termo de Dispensa e seus anexos, e será regido pelas disposições da Lei Federal Nº 14.065/2020, com o Decreto nº 10.024/2019, e subsidiariamente, com a Lei Federal Nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

1.2.1. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h00 as 13h00 do dia 23/02/2023.

1.2.2. LOCAL: www.licitanet.com.br

1.2.3. TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

1.3. Formalização de Consultas/Encaminhamentos serão disponíveis por meio da Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, com sede na Avenida Brasil, nº 1997, testada com Rua da Integração Nacional, Bairro Cidade Baixa; com horário de funcionamento das 07h00min às 13h00min de segunda e sexta feira, e contato por meio do nº (69) 3621 2580. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites www.licitanet.com.br e <http://www.saofrancisco.ro.gov.br/> e-mail cpl.sfg.10@hotmail.com.

2. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objetivo definir o conjunto de elementos que norteiam a Realização de **Consulta Médica com Especialista conforme solicitado por sentença judicial** nos autos nº 7001998-54.2022.8.22.023.

3. DA DESCRIÇÃO

<i>ITEM</i>	<i>DESCRIÇÃO DOS ESPECIALISTAS</i>	<i>CONSULTAS</i>	<i>QUANTIDADE</i>
1	MÉDICO GINECOLOGISTA	UND	60
2	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	UND	214

4. DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação dos Médicos especialistas, tendo em vista que se trata de um profissional imprescindível para a realização da triagem e classificar as cirurgias que serão realizados no projeto Opera Rondônia processo nº 1689-1/2022.

Vale salientar que diante da grande demanda de pacientes na fila de espera a mais de 03 (três) anos, para a realização desses procedimentos cirúrgicos o estado já tentou várias vezes contrato através de teste seletivo para médicos especialista, porém não obteve êxito, o que levou o município de São Francisco do



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO
EQUIPE DO PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO
TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Guaporé aderir o convenio Opera Rondônia para a realização das cirurgias através do processo nº 1689-1/2022, para contratação de empresa para prestação de serviços de Cirurgias do Opera Rondônia. Sendo Assim não nos restam alternativas a não ser a contratação para que possamos executar o serviço.

5. DA PROPOSTA ELETRÔNICA.

- 5.1.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances;
- 5.2.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da dispensa, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.3.** A Proponente deverá anexar a **PROPOSTA COMERCIAL com o valor total por Item** em formulário eletrônico específico sob pena de ser *desclassificada*;
- 5.4.** O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas no edital;
- 5.5. Manifestação em campo próprio do sistema eletrônico de que tem pleno conhecimento e do atendimento às exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no edital, e, ainda, se está ou não enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).**
- 5.6.** A proposta deverá indicar a **qualidade** do produto ofertado.
- 5.7.** A proposta deverá indicar o prazo de entrega, o qual não poderá ser **superior a 10** (dez) dias corridos, contados a partir da Ordem de Fornecimento.
- 5.8.** Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão do publica; se na proposta não constar prazo de validade, subentende-se 60 (sessenta) dias.

6. DA SESSÃO DA DISPENSA

- 6.1.** A partir do horário previsto nesta Dispensa Eletrônica, terá início a sessão pública do Dispensa Eletrônica, com a divulgação das propostas de Preços, recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica;
- 6.2.** Somente poderá participar da rodada de lances a licitante que anteriormente tenha encaminhado proposta de preços;
- 6.3.** Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor. Em seguida, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 6.4.** O valor do percentual de oscilação entre os lances ofertados será prerrogativa do administrador;
- 6.5.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 6.6.** Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;
- 6.7.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30(trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.8.** Facultativamente, ao Administrador poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequentes transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, ao Administrador poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação;
- 6.9.** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Administrador acerca da aceitação do lance de menor valor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO
EQUIPE DO PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO
TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA

6.10. Caso uma microempresa ou empresa de pequeno porte apresente lance de preços com valores superior de até 5% (cinco por cento) acima da proposta melhor classificada, será concedido à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, a oportunidade de apresentar outra proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, conforme está previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

6.11. No caso de desconexão com Administrador, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances, retomando o Administrador, quando possível, sua atuação na **sessão pública, sem prejuízos dos atos realizados.**

6.12. No caso de desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da sessão pública será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes;

6.13. Encerrada a etapa de lances da sessão pública virtual, o licitante detentor da melhor oferta deverá remeter via sistema, em até 1(uma) hora, a proposta comercial devidamente detalhada, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, contados da data da referida sessão pública;

6.13.1. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte deverão ser encaminhados os documentos relativos à Regularidade Fiscal mesmo que vencidos, **sob pena de inabilitação.**

6.14. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Administrador examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital. Também nesta etapa o Administrador poderá negociar com o participante para que seja obtido melhor preço;

6.15. Constando o atendimento das exigências fixadas no Termo da Dispensa Licitação, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço;

6.16. A proposta terá estar assinada pelo licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas e incluirá:

6.16.1. Orçamento discriminado em preços unitários expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado devidamente corrigido após o encerramento dos lances;

6.16.2. Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Administrador;

6.16.3. A proposta deverá considerar a entrega do material ou a execução dos serviços no local indicado.

7. DA ENTREGA

7.1. O serviço deverá ser executado conforme solicitado pelo (a) secretário (a) da pasta.

7.2. Os itens constantes deste pregão deverão ser entregues num prazo máximo de **10 (dez) dias** após a realização do empenho, com prazo de contrato de 60 dias, salvo determinação estipulada em contrário pela Secretária.

7.3. Deverão ser observadas as normas internas da secretaria recebedora, quanto aos procedimentos de pessoal utilizado pelo fornecedor do produto na ocasião da entrega, exigências de identificação do pessoal, uniformes e trajes dos manipuladores, horários de recebimento e outros, podendo haver alteração de acordo com a necessidade do secretário da pasta.

8. DA REGULARIDADE FISCAL E JURIDICA

8.1. Inserir no portal LICITANET, ao final da disputa 30 minutos de tempo randômico:

8.1.1. **Alvará de Localização e Funcionamento**, sede da Pessoa Jurídica, em validade;

8.1.2. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;

8.1.3. **Contrato Social** da Empresa e suas alterações se houver;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO
EQUIPE DO PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO
TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA

- 8.1.4. Documentos Pessoais** do responsável pela Empresa;
- 8.1.5.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e Quanto a Dívida Ativa da União.
- 8.1.6.** Certidão Negativa de Tributos **Estaduais**, sede da Pessoa Jurídica;
- 8.1.7.** Certidão Negativa de Tributos **Municipais**, sede da Pessoa Jurídica e do município de São Francisco do Guaporé/RO.
- 8.1.8.** Certificado de Regularidade de Situação – CRS relativo ao **FGTS** nos termos do inciso IV do artigo 29 da Lei nº 8.666/93;
- 8.1.9.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído da pela Lei nº 12.440, de 7.7.2011 – DOU de 8.7.2011);
- 8.1.10.** Certidão negativa junto ao Portal da transparência Detalhamento das Sanções Vigentes - **Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**;
- 8.1.11.** Certidão negativa junto ao Portal da transparência - Detalhamento da Penalidade - **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**;
- 8.1.12. Emissão de certidão negativa – CAGEFIMP.**

9. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 9.1.** Se a Empresa vencedora inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:
 - 9.1.1.** Pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado ou na realização do serviço: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material ou 1% (um por cento) do valor referente às etapas ainda não realizadas do serviço, até o limite de 10% (dez por cento);
 - 9.1.2.** Pela recusa em efetuar o serviço, o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material ou do serviço contratado;
 - 9.1.3.** Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;
 - 9.1.4.** Pela recusa da Empresa vencedora em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;
 - 9.1.5.** Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nestas Condições Gerais ou no pedido de Cotação Eletrônica de Preços e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
- 9.2.** As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 9.3.** As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento porventura devido à empresa vencedora ou cobradas na forma prevista em lei.
- 9.4.** O Órgão Requisitante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.

São Francisco do Guaporé/RO, 10 de fevereiro de 2023.

Marcos Antônio Bertolácio
Pregoeiro
Portaria nº 303/2022